


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
 FORO DE SÃO CARLOS
 VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 Rua D. Alexandrina, 215
 São Carlos - SP
 Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0025171-90.2012.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução Fiscal - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Felipe Scherer Borborema

CONCLUSÃO

Aos 04/02/2014 11:37:04 faço estes autos conclusos ao Meritíssimo Juiz de Direito Auxiliar de São Carlos. Eu, esc. subscrevi.

RELATÓRIO

PAULO HENRIQUE FACCHINA NUNES opõe embargos à execução fiscal que lhe move a **FAZENDA PUBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO** aduzindo que em 05/11/1999 vendeu o veículo à pessoa de Amirton Ananias Neto, não sendo portanto o responsável pelo imposto devido. Que assinou o documento de transferência e informou a venda em sua declaração de ajustes anuais. Aduziu ainda que o IPVA de 2007 está prescrito. Requereu a procedência dos embargos para (a) reconhecer a sua ilegitimidade passiva; (b) reconhecer a prescrição do débito; (c) revogar a penhora "on line". Juntou documentos (fls. 09/26).

Os embargos foram recebidos e a execução foi suspensa (fls. 48).

Em impugnação (fls. 50/74), a embargada refutou os argumentos.

Houve réplica (fls. 76/86).

O embargante não especificou provas (fls. 89) e a embargada requereu o julgamento do feito (fls. 90).

FUNDAMENTAÇÃO

Julgo o pedido na forma do art. 17, parágrafo único do CPC, pois a prova documental é suficiente para a solução da controvérsia, e as demais formas de prova não seriam pertinentes ao caso, salientando-se que as partes foram instadas a especificar provas, tendo silenciado o embargante (fls. 89) e postulado a embargada o julgamento antecipado (fls. 90).

Sendo o IPVA imposto sujeito a lançamento de ofício, a constituição do crédito se dá no momento da notificação para pagamento.

Tal notificação, como é sabido, é feita através da remessa do carnê de


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

pagamento, cujo vencimento, em São Paulo, ocorre no primeiro semestre do ano.

A notificação ocorre, como é notório, no próprio exercício do fato gerador: no caso dos autos, em 2007.

O termo inicial é o vencimento, ou seja, no caso em tela: fevereiro/2007 (cf. CDA de fls. 03 dos autos principais).

A notificação a que faz referência a CDA, ocorrida em 25/12/07, já não é a notificação para pagamento, e sim a notificação a respeito da lavratura do auto de infração que aplicou multa em razão do não pagamento do tributo.

Essa última notificação não é termo inicial da prescrição. É a orientação do STJ: AgRg no AREsp 157.610/RJ, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, 1ªT; AgRg no Ag 1429679/PE, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, 1ªT.

Elucidativo o seguinte precedente do TJSP: *IPVA EXECUÇÃO FISCAL Ilegitimidade passiva ad causam. Não caracterização. Extinção anômala do feito pronunciada em primeiro grau afastada. Ocorrência, todavia, do fenômeno prescricional. Imposto sujeito a lançamento de ofício, nos termos da disciplina estabelecida pela Lei Estadual nº 6.606/89. Hipótese, destarte, em que, constituído definitivamente o crédito tributário com a notificação do proprietário do veículo (janeiro de cada ano) e decorrido o prazo concedido para o recolhimento do tributo em causa (até o mês de março de cada exercício), passa a fluir, desde então, o lapso quinquenal para a cobrança do débito pela Fazenda. Prescrição do crédito tributário evidenciada na espécie, visto que já decorrido o citado prazo de 5 (cinco) anos a que se refere o art. 174 do CTN. Apelo da Fazenda Estadual provido. Prescrição pronunciada de ofício, extinguindo-se o feito, com exame do mérito, nos termos do art. 269, IV, c.c. o art. 219, § 5º, ambos do CPC. (AP. 0012960-59.2011.8.26.0565, Rel. PAULO DIMAS MASCARETTI, 8ª Câmara de Direito Público, j. 06/06/2012).*

No caso em tela, todavia, independentemente das considerações acima, resta inequívoca a inoccorrência a prescrição, pois a ação executiva foi proposta em 20/01/2012, menos que cinco anos contados do termo inicial.

Saliente-se que a interrupção realmente se deu com a propositura da ação em janeiro, e não com a prolação do despacho que determinou a citação em março, porque o § 1º do art. 219 do CPC, segundo o qual a interrupção da prescrição


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

retroage à data da propositura da ação, aplica-se aos créditos tributários, segundo orientação do STJ, REsp 1120295/SP, Rel. Min. Luiz Fux, 1ªS, j. 12/05/2010.

Assim, também na execução fiscal é válida a Súm. 106 do STJ, segundo a qual "proposta a ação no prazo fixado para o seu exercício, a demora na citação [ou a demora para a prolação do despacho de citação], por motivos inerentes ao mecanismo da justiça, não justifica o acolhimento da arguição de prescrição ou decadência" (Súm. 106, STJ).

No caso em tela, o atraso entre a propositura e o despacho decorreu exclusivamente de motivos inerentes aos mecanismos da justiça.

Não se acolhe a alegação de prescrição.

Rejeito também a alegação de ilegitimidade passiva, isto é, de que o embargante não seria sujeito passivo na obrigação tributária.

O embargante não é contribuinte porque não é mais proprietário.

Todavia, é responsável tributário pelo IPVA.

O art. 128 do CTN autoriza a lei a atribuir de modo expresso a responsabilidade pelo crédito tributário a terceira pessoa, desde que vinculada ao fato gerador da obrigação.

No Estado de São Paulo, o art. 4º, III da Lei nº 6.608/89 e o art. 6º, II da Lei nº 13.296/08 atribuem de modo expresso a responsabilidade tributária pelo IPVA ao alienante de veículo que não comunica a venda ao órgão de trânsito no prazo de 30 dias - caso dos autos.

O alienante é vinculado ao fato gerador - ainda que não o pratique - pois é o proprietário anterior. E a previsão legal justifica-se por conta do descumprimento de obrigação acessória - comunicar o órgão de trânsito a respeito da venda - inviabilizador de se lançar o tributo contra o atual proprietário.

É evidente que o atual proprietário - indicado nos autos pelo embargante - é contribuinte do mesmo tributo. Todavia, tal fato não exclui a responsabilidade tributária do embargante, decorrente da omissão acima mencionada. Observe-se que há sempre a possibilidade de o embargante demandar, em ação regressiva, o contribuinte.

DISPOSITIVO



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DA FAZENDA PÚBLICA

Rua D. Alexandrina, 215

São Carlos - SP

Telefone: (16) 3307-4100 - E-mail: saocarlosfaz@tjsp.jus.br

Ante o exposto, **REJEITO** os embargos e **CONDENO** o embargante em custas, despesas e honorários advocatícios, arbitrados os honorários em R\$ 724,00.

P.R.I.

São Carlos, 03 de abril de 2014.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA